

Dossiê

Ensino de línguas como palco de políticas linguísticas

Ebal Sant'Anna Bolacio Filho¹ 

Paul Voerkel² 

Tanto as línguas quanto o uso que delas se faz são elementos inegavelmente políticos – fato que é investigado por várias áreas do conhecimento, e não apenas pelos estudos de linguagem. Além disso, não é um fenômeno recente, mas já pode ser observado há muito tempo: Na fundação das colônias gregas entre a península ibérica e o Cáucaso, nos séculos 8 a 6 a.C., a relação entre língua e política foi decisiva assim como no estabelecimento da “Rota da Seda” (Hernig, 2023), no primeiro milênio da nossa era, ou na expansão do Império dos Incas, na América do Sul, antes da chegada dos Europeus. Uma relação que abrange, entre outros, os campos das “descobertas” geográficas, da economia e do poder militar, esferas então de uma importância crucial da política. Por isso, desde sempre tem sido de interesse dos humanos combinar política e língua. Não por acaso afirmou Antonio de Nebrija, ilustre filólogo e humanista espanhol, que a língua sempre foi companheira do império.

Um pilar central da interface idiomas e ação política é, sem dúvida, o uso consciente de línguas estrangeiras. Desde sempre, os humanos aprendem outros idiomas e lidam com eles, como mostra o exemplo da “Escola de Tradução de Toledo”, em tempos medievais (Vélez León, 2017). Temos, também, relatos de ensino de línguas em escolas na Europa, desde os anos 1400, então séculos antes da era do ensino de línguas moderno (Reinfried, 2016, p. 620). Observamos ainda que no ensino de línguas, sejam elas maternas ou adicionais, o caráter político de decisões governamentais e não governamentais ou até mesmo individuais é igualmente inegável. No Brasil, já no século XVIII, temos um caso bastante claro de decisão política governamental que mudou o curso do panorama linguístico de nosso país: o Diretório dos Índios de 1755,

¹Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, Niterói, RJ, Brasil.
E-mail: ebolacio@id.uff.br

²Hochschule Schmalkalden, Dezernat 1, Schmalkalden, Thüringen, Alemanha.
E-mail: paul.voerkel@gmail.com

Como citar

FILHO, Ebal Sant'Anna Bolacio; VOERKEL, Paul. Ensino de línguas como palco de políticas linguísticas. *Gragoatá*, Niterói, v. 30, n. 66, e66259, jan.-abr. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v30i66.66259.pt>

instituído pelo Marquês de Pombal, que, entre outras ações, proibiu o uso das línguas indígenas brasileiras, fato esse que levou em última análise à percepção ainda arraigada em nosso país de que somos um país monolíngue, embora sejam faladas em nosso território ainda hoje, apesar de tudo, “(...) inúmeras línguas indígenas, várias línguas de imigração, três línguas afro-brasileiras e duas línguas de sinais, totalizando cerca de 255 línguas brasileiras – sem contar as variedades de contato faladas em regiões de fronteira, variedades do português brasileiro, duas línguas crioulas alóctones, bem como inúmeras línguas de herança praticadas no dia a dia no país” (Savedra; Pupp-Spinassé, 2021, p. 106).

Mesmo sendo assim, a área de estudos acadêmicos denominada hoje Política Linguística é relativamente recente, tendo um de seus fundamentos sido lançado na metade do século XX com os estudos de Einar Haugen (1959) sobre o planejamento linguístico no caso da Noruega – esse termo teria sido no entanto na verdade cunhado por Weinreich anteriormente. Inicialmente, os estudiosos da área estavam principalmente interessados no estudo e na resolução de “problemas linguísticos” de nações que haviam se tornado independentes da dominação colonial na África e na Ásia.

Atualmente, há comumente o entendimento de que políticas linguísticas são decisões tomadas por agentes governamentais acerca de quais línguas devem ser apoiadas e ensinadas, ou, ao contrário, que línguas devem ser deixadas à sua própria sorte, alijadas de qualquer tipo de fomento e conseqüentemente deixando de ocupar espaços sociais, o que as levaria à extinção (Ammon, 2018) - a relação entre políticas públicas e políticas linguísticas foi analisada p.ex. por Souza e Pereira (2016).

O termo Política Linguística em si pode ser percebido como algo que é decidido de cima para baixo, já que o senso comum tende a achar que o *político* é sempre algo impessoal, sobre o qual o indivíduo não tem nenhuma ingerência. Por outro lado, esse entendimento é contestado por estudiosos como Calvet (2008), que afirma que as políticas linguísticas estão ligadas a decisões em âmbito mundial, nacional, estadual, municipal ou familiar sobre o uso da(s) língua(s). Além disso, como nos dizem Spolsky (2004) e Shohamy (2006), as políticas linguísticas podem ser explícitas ou implícitas e em alguns contextos são depreendidas apenas através das práticas e crenças linguísticas observáveis em certos contextos.

O termo Glotopolítica, que não foi cunhado, mas tornado mais conhecido pelos estudiosos Louis Guespin e Jean-Baptiste Marcellesi em 1986, tenta justamente entender não só as instâncias “oficiais”, mas todo e qualquer grupo ou indivíduo como potenciais agentes (gloto) políticos, *i.e.* capazes de causar algum tipo de mudança no que se refere à(s) língua(s) e seu uso dentro da sociedade, como está em seu texto considerado fundador da da Glotopolítica, traduzido por Marcos Bagno:

[Glotopolítica] Designa as diversas abordagens que uma sociedade faz da ação sobre a linguagem, tenha ela ou não consciência disso: seja sobre a língua, quando a sociedade legisla sobre os status recíprocos do francês e das línguas minoritárias, por exemplo; seja sobre a fala, quando se reprime determinado uso por parte desta ou daquela pessoa; seja sobre o discurso, quando a escola torna matéria de exame a produção de determinado tipo textual — glotopolítica é necessário para englobar todos os fatos de linguagem em que a ação da sociedade reveste a forma do político. Essas considerações não pretendem, de modo algum, tornar obsoletos os termos planejamento linguístico ou política linguística. (Guespin; Marcellesi, 2021, p. 11-12).

Lagares (2021, p. 54) em sua (re)leitura desse texto fundador da Glotopolítica afirma que “Do meu ponto de vista, a contribuição mais original da abordagem glotopolítica, tal como é proposta pelos dois autores, consiste precisamente na ruptura da divisão conceitual entre o linguístico e o social. Ao verem ambas as dimensões integradas, eles convertem a glotopolítica num “ponto de vista” que permite observar as consequências linguísticas de qualquer mudança social.”

Um exemplo recente de um movimento de agência glotopolítica ativa “de baixo para cima”, é o movimento #FicaEspanhol, que surgiu como resposta à retirada da obrigatoriedade do ensino do espanhol nas escolas, após a reformulação do Novo Ensino Médio. A Lei 11.161/2005 determinava a implantação gradual do espanhol no ensino médio e permitia sua inclusão no ensino fundamental, mas os alunos não eram obrigados a frequentar as aulas. O movimento, muito articulado a nível nacional, não alcançou plenamente seu objetivo, que era voltar a tornar a oferta do idioma obrigatória, pois em agosto de 2024 o Senado aprovou a reforma do Novo Ensino Médio, mantendo a oferta de espanhol como facultativa. Apesar disso, a ação conjunta das professoras e professores de espanhol a nível nacional teve resultados a nível de alguns Estados, como a introdução de sua obrigatoriedade no Rio Grande do Sul. As associações de professores de espanhol e sua atuação política foram decisivas para essa vitória, ainda que parcial (Rodriguez *et al.*, 2024). É interessante notar que, como foi amplamente anunciado na imprensa, representantes dos governos da Alemanha, França e Itália atuaram junto aos parlamentares brasileiros para impedir a obrigatoriedade do espanhol e com isso dificultar que outros idiomas fossem ensinados nas escolas brasileiras, demonstrando o reconhecimento do grande papel político do ensino de idiomas como *soft power*.

O *soft power*, a sua vez, conceito das ciências políticas desenvolvido amplamente por Joseph Nye desde 1990, parte da ideia de que as decisões políticas (sobre todo a nível internacional) podem ser influenciadas por atores e instituições fora da esfera econômica e militar, mas sim por ações culturais e educativas conscientes, planejadas e dirigidas. Essa convicção se constituiu, em boa parte, na base da “Auswärtige Kultur- und Bildungspolitik” (Política exterior de Cultura e Educação)

da Alemanha, descrita por Lambrecht em 1912 e institucionalizada ativamente como política de estado desde 1925, principalmente por organizações intermediárias (Maaß, 2015). Vemos, dessa forma, uma continuidade das ações de política linguística ativa, desde séculos passados e cada vez mais estruturada, até os dias atuais.

O presente número da revista Gragoatá retoma aspectos centrais dessas e outras discussões afins e reflete desta forma uma das linhas de investigação do programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF, a qual abarca, entre outros estudos, pesquisas sobre políticas linguísticas e ensino de línguas. Vale a pena ressaltar que estudos de políticas linguísticas já haviam sido abordados no número 32 desta revista, 13 anos atrás, em número organizado pelos colegas Mônica Savedra e Xoán Lagares. Nesse contexto, é interessante notar que alguns temas do atual número estão novamente presentes, com complementações e atualizações relevantes, como p. ex. no caso da situação do português e de línguas autóctones em Moçambique e Timor Leste.

Este dossiê reúne ao todo 18 artigos – selecionados entre mais de 30 submissões – que apresentam um panorama abrangente da interface entre políticas linguísticas, glotopolítica e ensino de línguas, tratando de temas que vão desde análises de políticas governamentais oficiais que atingem diretamente a questão do ensino de línguas no Brasil e em outros países até pesquisas que investigam o papel e as ações efetivas de agentes não-governamentais no contexto de ensino de línguas. Podemos destacar, desta maneira, vários eixos temáticos que por sua vez motivaram a ordem dos artigos deste dossiê.

1. Iniciamos com três contribuições sobre as Políticas linguísticas no contexto do Brasil, que focam em inclusão, multilinguismo, e práticas do Português como língua estrangeira (PLE).
2. Seguem dois artigos sobre a política referente a outras línguas (mioritárias e de imigração) no Brasil e a revitalização delas.
3. Uma parte importante, com cinco artigos, trata do ensino e da aprendizagem de línguas, seja sob a óptica de inclusão, diversidade, e principalmente formação de professores em diferentes contextos.
4. Na hora de constituir o dossiê, foi importante abrir o panorama e incluir textos que possam servir de ponte a países ou regiões específicas, sendo, em parte, elaborados em outras línguas. Encontramos cinco artigos, escritos em francês, alemão e português, que tratam de perspectivas do Brasil, da França, da Alemanha e de vários países africanos, sobre escolas e ensino fundamental, o papel de organizações (políticas e mediadores), práticas linguísticas, identidades e pós-colonialidade.

5. Foi necessário, de igual forma, dar espaço à língua portuguesa em contextos fora do Brasil. Encontramos, então, três artigos sobre a situação em São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Leste, relatando implicações regionais, sociais e educacionais de políticas linguísticas e de ensino.

Iniciamos o dossiê com o artigo *Disputando a letra da lei: uma proposta de intervenção de linguistas e linguistas aplicados na legislação migratória brasileira* de Leandro Diniz e Jael Sânera Sigales-Gonçalves que apresenta o processo de elaboração de uma Nota Técnica com propostas de alteração no art. 5º da Portaria nº 623/2020, a qual trata da comprovação da capacidade de comunicação em língua portuguesa para indivíduos interessados em adquirir a nacionalidade brasileira, conforme a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017). O texto examina os deveres linguísticos relacionados à naturalização no Brasil desde o século XX até 2018, discutindo como esses deveres são abordados na referida Portaria.

O artigo de Leticia Cao Ponso *Resoluções de políticas linguísticas no marco das políticas de inclusão no ensino superior brasileiro: uma análise documental*, cujo objetivo é analisar 59 Resoluções de políticas linguísticas publicadas entre 2017 e 2023 pelas Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior, com base na exigência do MEC para o recredenciamento das universidades no Programa Idiomas Sem Fronteiras (IsF), revela que a internacionalização domina a agenda dessas políticas linguísticas, enquanto outras questões de inclusão, como os direitos linguísticos de surdos, refugiados e povos originários, são amplamente negligenciadas.

Adrián Pablo Fanjul e Tadinei Daniel Jacumasso, em seu artigo *Língua estrangeiras na pós-graduação brasileira. Reflexões glotopolíticas a partir do levantamento em uma área e região* investigam as políticas linguísticas nos programas de Pós-Graduação em Educação na região Sudeste do Brasil, com foco nas línguas aceitas para demonstração de proficiência. Enquadrado no referencial da Glotopolítica, o estudo analisa intervenções institucionais sobre línguas e suas dimensões ideológicas, refletindo sobre o papel do inglês como língua dominante na produção científica e discutindo criticamente as ideologias que moldam a presença das línguas nas publicações acadêmicas dentro do cenário político-linguístico da América do Sul.

Logo damos passo para o segundo foco temático. Em seu artigo *Transmissão intergeracional e revitalização linguística*, Cristine Severo Görski, por sua vez, investiga o papel da transmissão intergeracional nas políticas linguísticas, com um foco específico na revitalização linguística de duas comunidades linguísticas minorizadas, uma em relação à língua pomerana e outra à língua ídiche no Brasil. A pesquisadora argumenta que, embora a transmissão intergeracional familiar tenha sido enfraquecida, ela tem sido substituída por iniciativas educacionais,

culturais e identitárias criativas, colaborativas e agentivas, em diálogo com movimentos globalizantes e mercadológicos.

Um tema correlato ao artigo de Severo Görski é abordado por Bernardo Kolling Limberger, Lucas Löff Machado e Luciane Leipnitz em seu artigo *Suporte científico na promoção e revitalização de línguas minoritárias: contribuições da pesquisa do pomerano na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul*, no qual examinam o papel dos subsídios teóricos, metodológicos e impulsos práticos no processo de revitalização da língua pomerana, ressaltando a importância das ações de pesquisa não apenas em relação aos objetos de estudo em si, mas também como recursos essenciais para a formação de professores de línguas adicionais, bem como a promoção da intercompreensão e a abordagem interdisciplinar do pomerano nas escolas.

Entrando no eixo de ensino e aprendizagem, Matheus Lucas De Almeida e Antonio Henrique Coutelo de Moraes apresentam um estudo no campo de ensino de línguas adicionais para estudantes surdos no Brasil, intitulado *Translinguagem, educação (não) inclusiva e políticas linguísticas: Reflexões sobre o ensino de inglês no Brasil a partir da perspectiva de duas alunas surdas*. O estudo examina as percepções de duas alunas surdas de escolas públicas no Recife, Pernambuco, sobre o aprendizado de inglês como língua adicional. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa descritiva para explorar os significados, crenças e valores atribuídos a essa experiência educacional, revelando que o sistema educacional brasileiro ainda está distante de se tornar plenamente inclusivo.

Edilaine Buin e Gilvan Müller de Oliveira discutem em seu artigo *Do monolinguismo ao multilinguismo de acolhimento* a necessidade de reformulação das políticas linguísticas e práticas educacionais no Brasil, destacando a valorização do multilinguismo e da diversidade linguística, especialmente em escolas que atendem imigrantes e refugiados e sugerem mudanças no modelo de ensino para criar um ambiente mais inclusivo e adaptado às demandas de um mundo globalizado.

Na mesma temática de português como língua de acolhimento, Santos Abreu *et al.* abordam em seu estudo *Políticas linguísticas e acolhimento intercultural de crianças, jovens e adultos indígenas Warao no Piauí* a formação e acompanhamento de educadores no Piauí no âmbito de ações desenvolvidas com indígenas venezuelanos da etnia Warao na capital piauiense e nos apresentam essas experiências como exemplos de vivências interculturais, translíngues e freirianas de acolhimento, cujo entendimento pode contribuir para o aprofundamento de políticas educacionais interculturais que garantam os direitos linguísticos no Brasil.

O artigo de Mergenfel Vaz e Roberta Stanke analisa em seu estudo *Políticas linguísticas e a formação de professores de língua alemã no município do Rio de Janeiro* a formação de professores de alemão. O estudo revisa políticas públicas que regulamentam o ensino de línguas e a formação

docente, com ênfase nos projetos de extensão universitária como espaços essenciais para integrar teoria e prática, uma abordagem destacada nos documentos oficiais desde os anos 2000, e tematiza ainda as percepções de licenciandos participantes dos projetos.

Ainda no Rio de Janeiro, Shirlei Baptistone, Catarina Lobo Gonçalves e Sahsha Kiyoko Watanabe Dellatorre apresentam uma análise crítica do papel dos Institutos Superiores de Educação na formação inicial de professores. Em seu artigo *Desafios glotopolíticos na formação de professores de línguas adicionais do instituto e escola de aplicação (CAP-UERJ e EAFEUSP)* destacam sua relevância linguística, política e pedagógica dentro e fora da sala de aula ao explorar os contextos de ensino de línguas adicionais nas mencionadas instituições e o impacto de legislações de caráter hegemônico. O texto discute práticas voltadas à Educação Linguística e à formação de professores como agentes glotopolíticos alinhados à realidade brasileira.

Logo, partimos para outras perspectivas e línguas. Charles Brun, em seu artigo *Analyse de la diversité humaine dans les manuels scolaires brésiliens de CM1 e de CM2 dans le cadre d'un projet CAPES-COFECUB* apresenta uma pesquisa em andamento sobre a representação da diversidade humana nos livros didáticos brasileiros do 4º e 5º anos, aprovados no último Plano Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) para o ciclo de 2023-2026. A investigação adota uma abordagem quanti-qualitativa para avaliar como a diversidade cultural, linguística e fenotípica é tratada nos textos e ilustrações dos livros, com foco na especificidade do contexto brasileiro em relação ao cenário internacional. A análise também examina a relação entre tendências editoriais e diretrizes legais sobre educação inclusiva, baseando-se em referenciais como Sociodidática, Abordagem Plural de Línguas e estudos sobre glotofobia.

Na mesma seara, mas com um exemplo do contexto francês, Stéphanie Clerc Conan explora em seu artigo *De quelques apports de l'accueil des parents, de leurs langues et pratiques culturelles. Analyses d'expériences en écoles maternelles en France*, abordagens pedagógicas que incentivam a participação dos pais no desenvolvimento das habilidades linguísticas dos alunos na pré-escola na França. O estudo corrobora a necessidade de os sistemas educativos apoiarem de forma coerente todas as línguas do repertório das crianças, para além da escolaridade básica, e visar, em particular, o bi- e mesmo o multilinguismo.

O artigo *Vom Studierendenaustausch zur Sprachenpolitik zur Science Diplomacy: 100 Jahre DAAD* de Ursula Paintner nos oferece um panorama histórico do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD). O artigo baseia-se na hipótese de que a “política linguística” do DAAD está, de fato, sujeita a tendências políticas, tanto na Alemanha quanto internacionalmente, mas que o DAAD tem conseguido, repetidamente, estabelecer prioridades independentes.

Deslocando o foco para outro continente, o artigo em língua francesa *Langue française et politiques de l'union africaine: quelles réflexions sur l'enseignements des langues en Afrique?* de Michele Bevilacqua investiga como as políticas linguísticas da União Africana moldam a relação entre suas instituições e as comunidades locais no continente e que apesar de a União Africana apresentar iniciativas voltadas para valorizar e fortalecer as línguas africanas, práticas linguísticas coloniais continuam a ecoar nas escolhas educacionais e institucionais dos governos africanos até hoje.

Anderson Lucas Macedo e Lauren Van Niekerk analisam em seu artigo *Beyond Slang: Unpacking the Self-Perception of Coloured Speech como os falantes de Kaaps*, uma variante linguística predominante entre a comunidade Coloured da Cidade do Cabo, percebem sua própria língua, frequentemente rotulada como “gíria” (*slang*). A pesquisa investiga os fatores históricos e linguísticos que moldaram essa visão, destacando o impacto do apartheid na formação da identidade linguística e no estigma associado ao Kaaps ao analisar também as políticas linguísticas relativas ao papel das línguas no sistema educacional sulafricano.

Ainda no contexto africano, mas desta vez nos países de língua oficial portuguesa, temos dois artigos: Amanda Balduino propõe em seu artigo *O português de São Tomé e Príncipe: Questões de norma, poder e ensino*, uma análise da expansão do português naquele país, utilizando conceitos de norma linguística e dialogando com dados do censo e entrevistas sociolinguísticas de campo realizadas em 2019, refletindo sobre a trajetória histórica do idioma no contexto santomense, explorando questões ideológicas e atitudes linguísticas que influenciam a percepção da língua portuguesa como pluricêntrica e afetam o ensino local.

Por sua vez, Águeda Cristóvão Simão, Luis Ausse e João Claudio Arendt nos levam a Moçambique. Seu artigo *Colonialidade do Português em Moçambique: Embate no desenvolvimento das línguas bantu* examina os efeitos das políticas linguísticas de Moçambique, destacando como a expansão do português reforça estruturas de poder coloniais, contribuindo para o apagamento linguístico e cultural das comunidades nativas.

Finalmente, Karin Noemi Rühle Indart nos conduz ao continente asiático com seu artigo *Justiça social e educação para todos: o caso do multilinguismo e das políticas linguísticas em Timor-Leste*, no qual aborda as relações entre justiça social, igualdade de acesso à educação e políticas linguísticas naquele país asiático. O texto discute a proposta mais recente de alfabetização multilíngue, que busca incluir os diversos grupos etnolinguísticos do território, composto por pelo menos 16 idiomas locais, a fim de analisar as implicações sociais dessa abordagem.

Acreditamos que as pesquisas constantes do presente dossiê contribuirão significativamente para as discussões atuais no âmbito de Política Linguística em sua interface com o ensino de línguas, nos seus respectivos contextos. Confiamos em que a sua leitura seja instigante e leve a mais projetos de investigação em nossa área.

Referências

AMMON, Ulrich. *Die Stellung der deutschen Sprache in der Welt*. Berlin; Boston: De Gruyter, 2018.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste. Defesa da Glotopolítica. In: SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva; LAGARES, Xoán Carlos (org.). *Glotopolítica e práticas de linguagem*. Tradução de de Marcos Bagno. Niterói: Editora da UFF, 2021. p. 11-49.

HAUGEN, Einar. Planning in modern Norway. *Anthropological Linguistics*, v. 1, n. 3, 1959.

HERNIG, Marcus. Ferdinand von Richthofen. *Der Erfinder der Seidenstraße*. Berlin: Die andere Bibliothek, 2023.

LAGARES, Xoán. Uma leitura da “Defesa da Glotopolítica”. In: SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva; LAGARES, Xoán Carlos (org.). *Glotopolítica e práticas de linguagem*. Niterói: Editora da UFF, 2021. p. 51-62.

MAAß, Kurt-Jürgen. Kultur und Außenpolitik. *Handbuch für Wissenschaft und Praxis*. Baden-Baden: Nomos, 2015.

REINFRIED, Marcus. Geschichte des Fremdsprachenunterrichts bis 1945. In: BURWITZ-MELZER, Eva; MEHLHORN, Grit; RIEMER, Claudia; BAUSCH, Karl-Richard; KRUMM, Hans-Jürgen (org.). *Handbuch Fremdsprachenunterricht*. Tübingen: A. Francke, 2016. p. 619-624.

RODRIGUEZ, Monica Mariño; AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva. *Movimento #ficaespanhol: lutas e resistências*. Campinas: Ed. Pontes, 2024.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimaraes; PUPP-SPINASSÉ, Karen. Estudos de contato no GT de Sociolinguística. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 52, p. 103-117, 2021.

SHOHAMY, Elana. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. Londres: Routledge, 2006.

SOUZA, Marina Mello de Menezes Felix de; PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva. Política linguística e política pública: uma proposta de interseção teórica. *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, [S. l.], v. 23, n. 38, 2016.

SPOLSKY, Bernard. Language practices, ideology and beliefs. And management and planning. *In: SPOLSKY, Bernard. Language policy.* Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 1-15.

VÉLEZ LÉON, Paulo. Sobre la noción, significado e importancia de la Escuela de Toledo. Disputation. *Philosophical Research Bulletin.* v. 6, n. 7, p. 537-579, 2017